



HISTÓRIA DA IGREJA: INTERESSE RELIGIOSO X INTERESSE POLÍTICO

Edmon Martins Pereira¹

RESUMO

Objeto desse estudo consiste em Analisar a história da Igreja numa visão panorâmica entre Igreja e Estado. Faço uma apresentação do processo de historização da igreja desde o seu advento (Século I) até o período das cruzadas, mostrando o quanto a Igreja Católica foi importante para a formação da humanidade e como sua presença é contínua no cenário político mundial, em especial na Europa. Estamos em um período em que religião e política estão em campos distintos. A secularização do preparativo jurídico-político do Estado, além de repetir novamente a autonomia e a supremacia do direito em tangencia a outras maneiras de ordens normativas, reduziria a pretensão dos grupos religiosos de infundirem suas normas a todo o conjunto da sociedade. Mesmo a constituição e leis pátrias afirmando de forma sólida a separação entre os campos político e religioso, o intercâmbio e decorrências múltiplas entre estas duas veemências da vida social é muito presente. As relações entre religião e política, no Brasil, excedem diferentes períodos e contextos, incidindo por readaptações e transformações consecutivas e dialogando estreitamente com as categorias sociais, políticas e econômicas.

Palavras – Chave: Igreja; Religião; Política.

INTRODUÇÃO

Objeto desse estudo consiste em Analisar a história da Igreja numa visão panorâmica entre Igreja e Estado. *Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na qual foram utilizados artigos importantes para discorrer sobre à temática em foco.* Faço uma apresentação do processo de historização da igreja desde o seu advento (Século I) até o período das cruzadas, mostrando o quanto a Igreja Católica foi importante para a formação da humanidade e como sua presença é contínua no cenário político mundial, em especial na Europa.

Estamos em um período em que religião e política estão em campos distintos. Deste modo, Jumper (2004) diz que, muitas pessoal nos dias atuais, ao consentirem com naturalidade que a religião é uma escolha particular que não se alude ao governo e aos governantes, não tem noção o quanto esta apreciação é hodierna na trajetória da humanidade. Para os homens antigos

¹ Mestrando em Teologia na Ivy Enber Christian University.



a caracterização entre uma esfera religiosa e outra não religiosa não teria qualquer sentido, pois, tudo estava respaldado pelo sagrado. De costume geral, no período precedente aos hebreus, o relacionamento entre a religião e o estado (rei) incidia numa união estreita das duas forças, o estado sendo comumente o parceiro dominante.

Entende-se que secularização histórica da Igreja Católica como processo social em que “o pensamento, práticas e instituições religiosas perdem seu significado para a operação do sistema social” (WILSON, 1998, p. 49 apud Oliveira, 2011). No mesmo sentido, Zepeda (2010: 129) percebe como secularização o “conjunto de mudanças pelo qual a religião perde sua relevância social, ideológica e institucional”. Nesse contexto, considerar que este processo é muito desigual ou distinto entre os diferentes países e regiões do mundo, mas com uma polissemia ampla: onde a religião perderia sua condição hegemônica na vida social e seria mais limitada à subjetividade e à vida privada separando-se também do Estado.

Até às vésperas da concretização das concepções Iluministas, a religião era uma questão estatal. Embora houvesse exceções e estratégias regionais, que não podem ser desconsideradas, cabia aos súditos seguir a religião oficial legitimada pelo poder governamental.

Oliveira (2011), informa que a partir do século XVIII, em alguns países houve advento do processo de separação entre Estado e religião, onde o primeiro torna-se laico e o segundo, assunto de ordem privada. Neste caso, em tese, pertencer a uma religião tornara-se uma conduta de livre escolha. Assim, a religião passaria a ser algo de foro íntimo, uma consequência do processo social de secularização, onde igrejas e estados tornar-se-iam autônomos.

HISTÓRIA DA RELIGIÃO E POLÍTICA DA IGREJA

É necessário introdutoriamente, antes de tratar sobre a temática, saber sobre o período descrito. Pré-história designa tudo o que se passou desde o advento do primeiro ser com postura ereta, até o tempo em que surgiu a escrita.



O termo foi moldado com o pré-conceito de que, se não existisse escrita, não haveria história para contar. No entanto, há muito tempo já não se considera essa forma de pensar. O desenvolvimento da arqueologia, paleontologia, antropologia, e diversas outras logias, proporciona uma análise e compreensão da vida do homem pré-histórico mais aprofundada. As dificuldades são grandes, mas, deve-se lembrar que, mesmo os textos escritos, são passíveis de enganos, pois, a versão de quem escreve, não é verdade absoluta (BEZERRA, 2011).

No entanto, conforme Duarte (2013), não se sabe ainda ao certo em que momento histórico o homem passa a ter o seu senso crítico tendo, o interesse pela observação, pela objetividade e esse interesse e ou preocupação com a objetividade foi um fundamental traço de manifestação da racionalidade humana. Nesse âmbito,

A racionalidade não é tudo para o sentido e suas produções. As ações humanas principalmente dos antepassados são misteriosas e imprevisíveis, e parecem decorrer de uma relação nem sempre explícita entre a força da paixão e o discernimento do intelecto. As justificativas para conturbada relação entre paixão (Eros) e intelecto (Psique) variavam conforme as crenças dos povos. Quem pode antever o juízo de alguém? Cada humano traz seu próprio entendimento das coisas e, por conseguinte, tudo cai no relativo, no pessoal o no subjetivo (GOMES, 2004 p. 33).

A percepção acima retrata que mesmo com os estudos aprofundados da psicologia a procura do advento da psique humana não foi possível constar de forma exata quando se concretizou a racionalidade humana. Trata-se de um mistério que ainda não foi descoberto só se sabe que houve uma diferenciação na caixa craniana dos primitivos e dos demais primatas permitindo que os homens da pré-história fossem providos de elementos como: o aumento da área visual, o acionamento da mão, a memória visual, capacidade de iniciar uma tarefa, de prestar atenção a ela enquanto está sendo executada e de perseverar nela (Bronowski, 1997, p.19 apud Duarte, 2013, p. 147) que os caracterizaram de forma diferente dos demais animais. Esses elementos foram os encarregados pela presença da racionalidade, consciência inteligência, percepção, discernimento, paixão, ódio, amor, ética, moral e todos os



sentimentos e regras presentes na vida dos seres humanos que o traga conhecimento (DUARTE, 2013).

Para melhor compreensão desse longo tempo histórico, dividiu-se ele em período Paleolítico e Neolítico. O primeiro se inicia com o advento dos hominídeos por volta de 4 a 2 milhões de anos até, 10.000 a.c, data em que o gelo das extremidades do globo derreteu, modificando o clima do planeta. O segundo, se conta dessa mudança climática até a produção da escrita, por volta de 4.000 a.c. (BEZERRA, 2011).

A partir das mudanças biológicas no cérebro do homem primitivo foi possível constatar de fato o seu desenvolvimento em termos de seus sentidos que antes não eram bem desenvolvidos como a visão e a audição, isto é, a habilidade do homem referente com os seus sentidos era limitada e não provia da seleção dos sons e dos elementos que compõem a natureza. (DUARTE, 2013).

Através dessa habilidade mais desenvolvidas de seus sentidos o ser humano deixa de ser um elemento intrínseco a natureza e passa a ser um agente ativo e transformador, o ser humano ainda necessita da natureza para sua sobrevivência, mas procura ampliar as suas restrições para se impor a natureza objetivando desvendá-la para decifrar os seus enigmas que lhe são impostos. Dessa maneira, pode-se afirmar que é através do conhecimento que o homem executa condições para sua sobrevivência e assim elaborar planos de ação e prever situações não experimentadas. (DUARTE, 2013).

Outro ponto a esclarecer é que a cronologia adotada, ou seja, a utilizada pelos acadêmicos, é baseada nos primeiros eventos ocorridos no globo. Por exemplo, quando dizemos que a pré-história acaba com a utilização da escrita, automaticamente, declaramos que alguns indígenas brasileiros até pouco tempo viviam na pré-história. Mas, isso não denota inferioridade em relação a nossos indígenas. É importante compreender, que cada grupo humano em seu território geográfico, se desenvolveu do seu modo, de acordo com suas necessidades. Um grupo não é superior ao outro por possuir mais tecnologia. A condição climática, geográfica, hidrográfica, entre outros, do território habitado, é que conduz as atividades humanas. A terra do Brasil oferecia ao índio, uma rica diversidade natural, dando-o privilégio de uma vida farta, sem maiores complicações (BEZERRA, 2011, p. 03).



O Neolítico é a última fase do período pré-histórico e estendeu-se de 10.000 a.C. até 3.000 a.C. Essas datas (que são estimativas) retratam dois marcos essenciais para a história do desenvolvimento humano. Primeiro, houve o advento da agricultura, um fundamental marco para a sobrevivência do homem e, por fim, houve o desenvolvimento da escrita.

Com o desenvolvimento da agricultura, o homem modificou radicalmente o seu estilo de vida, uma vez que a agricultura permitia o homem fixar-se em um só local (sedentarização do homem), sobrevivendo de tudo o que ele produzia. O domínio da agricultura também levou o homem a desmatar a floresta e desenvolver campos de plantio. (SILVA, 2018).

Essa nova percepção trouxe modificações profundas, que serviu de estímulo a criação de novas crenças no universo espiritual. Nesse período essa relação com sagrado se motiva a partir do surgimento das plantas que lhe serviam de alimento, isso tão significativo que o mito do roubo da cerealidade da entrega do grão assemelhasse ao roubo do fogo por Prometeu para entregar ao homem. Portanto, o advento dos cereais era algo divino ou um drama mítico que acarretava a união sexual, morte e ressurreição, a descoberta do arado, o trabalho agrário e assimilado ao ato sexual (ELIADE, 2010, p.19). Por isso, o papel feminino era visto como sagrado, símbolo da fertilidade, foram elas que descobriram a agricultura e que cuidavam da subsistência da família. (VIERA, 2016).

As culturas agrícolas elaboram o que podemos chamar de religião cósmica, uma vez que a atividade religiosa está concentrada em torno do mistério central: a renovação periódica do mundo. Tal como a existência humana, os ritmos cósmicos são expressos em termos tirados da vida vegetal. O mistério da sacralidade cósmica está simbolizado na árvore do mundo. O universo é concebido como um organismo que deve renovar-se periodicamente; em outros termos, todos os anos (ELIADE, 2010, p.52 apud Vieira, 2016, p. 02).

O indicio mais antigo de prática tangente à religião do homem e mulher pré-histórico, é o sepultamento. Que está intrinsecamente ligada, as fontes mais antigas e numerosas da pré-história, que são as ossadas. A prática da inumação já revela uma preocupação com a vida após a morte. Isso é mais perceptível ainda ao observar nos detalhes de preparação e adereços

encontrados em inúmeras sepulturas. Por exemplo, o ocre vermelho salpicado em cadáveres, é universalmente encontrado, podendo ser substituto ritual do sangue, símbolo da vida. A posição que o corpo é encontrado, também é coberta de significado. Ele é virado para o leste, marcando a intenção de tornar o destino da alma solidário com o curso do Sol, portanto a esperança de um renascimento. E também é posto em forma fetal, tendo a terra, no caso a cova, o simbolismo do útero. (BEZERRA, 2011).



Figura 0-1: Prática funerária na pré-história. **Fonte:** Silva (2003)

Oferendas de alimentos e vários objetos de adorno como colares, são encontrados depositados em túmulos. Encontraram também, cuidadosamente dispostas em torno e sobre os cadáveres, conchas de moluscos. Essas conchas possuem a forma de vagina, parecendo estar associadas a algum tipo primitivo de adoração da deidade feminina (BEZERRA, 2011).

Esses sepultamentos vão de acordo com que Silva (2004) que a religião surgiu em algum momento entre os períodos Paleolítico e Neolítico, assim que os primeiros grupos humanos se tornaram sedentários. As primeiras manifestações religiosas são tangentes com os fenômenos da natureza, isto é, os fenômenos naturais eram entendidos como uma manifestação divina. Com o desenvolvimento da humanidade e o surgimento de novas culturas, novos tipos de religião foram surgindo em diferentes partes do planeta.

As formas mais numerosas, claras de culto religioso feito pelo homem e mulher do Paleolítico até o momento é datado por volta de 35.000 ac. Foram elas, as grutas/santuários com suas pinturas e as diversas estatuetas



femininas. Como as pinturas se encontram muito longe da entrada da gruta, sendo muito delas inabitáveis, com dificuldades de acesso, os pesquisadores concluíram que elas são uma espécie de santuário. As pinturas revelam ainda mais o caráter sagrado e ritualístico do lugar (BEZERRA, 2011).

Duas temáticas decifradas e discutidas por pesquisadores são a de danças rituais e seções xamânicas. As estatuetas femininas representam o “culto da fertilidade” praticado por esses seres. Esculpidas em pedra, osso ou marfim, possuem características bem traçada físicas de ser humano como nádegas, seios e barrigas volumosas, além de terem a vulva sempre à mostra. Representam a “Grande Mãe” a “Deusa”. André Leroi-Gourhan constata que a arte desse período expressa alguma forma incipiente de religião, na qual figuras e símbolos femininos ocupam posição central. Esse pensamento vai ser corroborado quando das descobertas referentes ao período Neolítico. (BEZERRA, 2011; SILVA, 2004).

As geleiras recuaram, o clima do planeta esquentou, e sua paisagem mudou. Fauna e flora modificadas aconteceu a maior revolução da história do homem. Ocorreu a domesticação das plantas, ou seja, a invenção da agricultura, a domesticação de animais e o sedentarismo.

[...] Mas, a criatividade religiosa no neolítico foi despertada menos pelo fenômeno empírico da agricultura, do que pelo mistério do nascimento, da 3 morte e do renascimento identificado no ritmo da vegetação. As crises que põem a colheita em perigo (inundações, secas etc.) serão traduzidas, para serem compreendidas, aceitas e dominadas, em dramas mitológicos. A mulher teve um papel decisivo para a domesticação das plantas, ela que conhecia o “mistério” da criação. Fértil e fecunda como a terra, foi responsável pela abundância das colheitas (BEZERRA, 2011, p. 2-3).

À medida que se aperfeiçoava, a linguagem aumentava seus meios mágico-religiosos, entretanto, essa linguagem não era fundamental para o desenvolvimento de sua religiosidade (ELIADE, 2010, p.38).

Vale destacar que o tempo perdeu o seu valor como sagrado quando a história se dissociou da filosofia o conceito de tempo tem uma nova modelagem antes era considerado sagrado escatológico ao perder o seu sacralismo que antes era providencia divina passou a ser a vontade dos homens. O tempo deixa de ser o orientador natural dos serem viventes



inclusive o homem para ser controlado por ferramentas, primeiro os sinos da igreja e depois os relógios. A dessacralização do tempo tornou o homem mais afastado do sagrado quanto mais moderno ela seja mais dessacralizado ela se torna. O tempo era a explicação causal primária e elementar para os povos primitivos. No mundo atual o tempo está dividido em duas categorias: Tempo Cronológico – é uma das dimensões a serem trabalhadas (DUARTE, 2013).

O tempo do relógio, do passar dos dias, dos eventos, da seqüência dos meses, dos anos, etc. que seguem calendários diferenciados como o gregoriano, o chinês, o judaico, cujas datações diferem por históricos referenciados pela religiosidade e pela cultura. E o Tempo Histórico – é o tempo do significado dos processos de desenvolvimento técnico, produtivo, das dimensões consideradas relevantes pelos grupos dominantes em oposição aos dominados em determinadas sociedades (DUARTE, 2013).

No meio do sexto milênio, aproximadamente, multiplicam-se as aldeias defendidas por fossos ou muros, e capazes de abrigar até mil habitantes. Vários altares e santuários, e além de vários objetos de culto, testemunham uma religião bem organizada. Na estação *eneolítica* de *Cascioarele*, a 60 km sul de Bucareste, descobriu-se um templo cuja as paredes eram pintadas com magníficas espirais vermelho e verde sobre um fundo verde branco-amarelado. Não se encontraram estatuetas, mas uma coluna de 2m e outra, menor, indicam um culto do pilar sagrado, símbolo do *axis mundi* sobre esse templo, havia um outro, mais recente, no qual se achou o modelo em terracota de um santuário. (ELÍADE, 2010, p.58).

A RELIGIÃO DOS EGÍPCIOS

Os egípcios são um povo bastante explorado na mídia. Sua cultura é alvo de uma grande comercialização. No entanto, poucos se interessam em saber sobre o que eles pensavam e sentiam sobre a vida, além dos produtos materiais que criaram (BEZERRA, 2011).

Todos os segmentos sociais praticavam a religião egípcia, entretanto, cada cidade prestava atenção maior aos seus “próprios” deuses. De maneira



geral, cada templo das 6 grandes cidades, sedes do poder, criava sua própria cosmogonia com o deus local no ápice da hierarquia.

Então, aqui, também encontramos mais de um mito sobre a criação. Um dos mais importantes e antigos conta que, no principio era Nu, o oceano celestial com sua característica de imobilidade e totalmente estático. Do seu interior surgiu Atum, que criou Shu (ar) Tefnut (umidade), esse casal produz Geb (terra) e Nut (céu). Por sua vez, os últimos dão origem a Osíris e Ísis e a Set e Néftis. Segue este mito o de Osíris, na qual o mesmo reinava de modo justo, com sua irmã-esposa sobre o Egito. Seu irmão Set enciumado o matou, mas Ísis logo fez uma múmia do seu marido, e com seus poderes mágicos, devolveu a vida a Osíris. Com o qual teve um filho, Hórus. Este se tornou rei do Egito, e os faraós o sucederam. Osíris tornou-se rei dos mortos, todos que morrem passam pelo seu tribunal (BEZERRA, 2011, p. 6).

A mesopotâmia adveio entre dois rios importantes: Tigre e Eufrates, que tinha suas nascentes nas montanhas da Armênia e desaguavam no golfo pérsico (FUNARI, 2010, p.28) a fertilização da terra em torno dos rios, proporcionou a prática da agricultura. Isso foi de indispensável para fixação de povos naquela região. Eram comunidades independentes que viviam no nível de subsistência, até a necessidade de uma organização para cuidar o que se excedia. Não havia unidade política e nem um estado centralizado se organizavam em cidades-estados e tinham seu próprio soberano seus próprios deuses (VIERIA, 2016).

Sendo assim, influenciados pelas suas crenças aos deuses, quem governava estava influenciado segundo a vontade deles, advém inúmeros deuses, caracterizando a religião mesopotâmica como politeísta. Portanto, o monarca se auto intitula como um escolhido segundo a vontade dos deuses, normalmente eram sacerdotes que entendiam como funcionava essa relação, essa forma de religiosidade toma aspectos mais rígidos, pois a partir de agora essa dinâmica se dará de forma representativa e de escolha de alguém pra reger a vida da cidade (VIERIA, 2016).

Conforme Bezerra (2011), esse povo era obcecado pela vida eterna e pela perpetuação da alma. As tumbas são mais importantes que as casas mais suntuosas e é impensável economizar em detrimento dos sacerdotes



funerários. É perceptível isso nas tão conhecidas pirâmides que eram os túmulos dos faraós.

Segundo Silva (2004), quanto mais rico fosse o egípcio mais complexo seria o funeral. Os sacerdotes e sacerdotisas efetuavam diariamente cultos nos vários templos espalhados pelo Egito. Preparavam as oferendas, em boa parte alimentos, como também flores e incenso, e entoavam cânticos. Encantamentos são encontrados para diversas finalidades, como amor e saúde, mas, também utilizavam nos ritos funerários (BEZERRA, 2011).

O rei geralmente atua como agente da divindade e é designado por um título de subordinação. A palavra da divindade tem o poder de comandar as forças que governam a natureza e os assuntos humanos, de interferir no resultado das batalhas e desencadear mudanças na natureza. Consequentemente pode-se falar de uma revelação através da história, pois os deuses teoricamente auxiliavam o rei íntegro, leal e justo[...] A grandeza dos deuses geralmente refletia no poder da natureza ou no êxito de uma nação e daqueles associados (SETERS, 2008, p.75).

O que Seters coloca é explicado por Vieira (2013) é interessante porque a prática dos deuses interfere de forma direta no comportamento das pessoas, a vida social da cidade inicia a ser direcionada pela “vontade divina”, no entanto, e nesse momento que o rei legitima seu poder, pois agora consegue meios divinos para justificar suas decisões que nem sempre favorece a todos. A maioria das inscrições reais encontradas em território mesopotâmico demonstra essa preocupação do rei: fortalecer sua identidade política e o papel dos deuses no seu triunfo (SETERS, 2008, p.78).

INTERESSE RELIGIOSO X INTERESSE POLÍTICO

A secularização do preparativo jurídico-político do Estado, além de repetir novamente a autonomia e a supremacia do direito em tangência a outras maneiras de ordens normativas, reduziria a pretensão dos grupos religiosos de infundirem suas normas a todo o conjunto da sociedade. “Com sua secularização, o Estado, portanto, passou a garantir legalmente a liberdade dos indivíduos para escolherem voluntariamente que fé professar e o livre exercício dos grupos religiosos” (MARIANO, 2003, p. 113).



Vale ressaltar que o cristianismo teve seu advento no contexto de uma relação tensa entre os judeus e o Império Romano. Jesus ensinou claramente o princípio da separação entre os dois reinos com a célebre declaração de Mt 22:21: “Daí a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. No seu nascimento e na sua morte, Jesus experimentou a ira dos poderes constituídos (Mt 2:3,13; 27:2,11,37; Lc 23:2,8-12), porém o seu maior conflito foi com o sistema religioso, não com o sistema político. Outras referências aos governantes nos evangelhos são encontradas em: Mt 20:25-26; Lc 2:1-2; 3:1-2,19; 13:32; Jo 18:36; 19:11. (OLIVEIRA, 2011).

Com o decorrer dos séculos, criaram-se grandes diferenças entre a Igreja bizantina e a Igreja romana, culminando, no ano de 1054, no primeiro Cisma do Oriente. Os principais resultantes desse cisma aconteceram por divergências políticas entre os romanos e bizantinos. O papa (bispo de Roma) resistiu às insistentes tentativas de domínio do imperador bizantino, em paralelo, os bizantinos não aceitavam e não acreditavam na figura do papa como chefe de todos os cristãos. Eles divergiam também em relação ao culto a imagens, às cerimônias, aos dias santificados e quanto aos direitos do clero. (CARVALHO, 2011).

Após as invasões dos povos germânicos (bárbaros) e com a iminente crise e decadência do Império Romano, a Igreja Católica aliou-se aos bárbaros, cristianizando-os, dominando e conquistando os vastos territórios ocidentais do Império Romano nesse sentido houve-se o interesse da Igreja Católica em se expandir pelas regiões para prover sua dominância e influencia pelas regiões percebe-se que os interesses políticos e religiosos estão caindo lado a lado alianças já era formados pelos interesses da Igreja.

As principais alianças se deram com os francos e, posteriormente, com o Império Carolíngio (na figura de seu grande imperador Carlos Magno). Juntamente com a Igreja Católica, ofertaram a reconstrução a magnitude do Império Romano do Ocidente, o intitulado Sacro Império Romano Germânico. (CARVALHO, 2011).



No ano de 313 Constantino¹ e Licínio, o imperador do oriente, compareceram-se numa reunião em Milão e chegaram a um acordo acerca dos cristãos. O célebre Edito de Milão proclamou a liberdade de consciência, concedeu ao cristianismo a livre igualdade com os outros cultos e determinou a devolução de todas as propriedades eclesiásticas confiscadas durante a perseguição. Eventualmente, Licínio impôs sérias restrições à vida pública das igrejas. Unindo interesses políticos e religiosos, Constantino derrotou Licínio em 324, tornando-se o único governante do império. As igrejas despertaram para o fato de que a causa de Roma e a causa de Cristo haviam se tornado uma só. (JUMPER, 2011).

Jumper (2011), ainda informa que a transferência da capital de Roma para Constantinopla (330), entre outros fatores, levou a uma distinta e notável concepção das relações entre a igreja e o estado na região oriental, em comparação com o ocidente. No Império Romano Oriental, mais tarde o Império Bizantino, e conseqüentemente na Igreja Ortodoxa, a teoria e prática prevalecente veio a ser o cesaropapismo, isto é, a suprema autoridade comunicada pelo governante secular sobre a igreja, mesmo em questões doutrinárias.

No ocidente, com o declínio do Império Romano, a igreja teve mais liberdade de um controle direto pelas autoridades civis, o que, entre outros fatores, contribuiu para o fortalecimento do papado. (No ano 476 o general germânico Odoacro destronou Rômulo Augústulo, o último imperador do ocidente.) Em parte por causa da liderança imperial ineficaz e em parte devido à autoridade inerente atribuída à igreja de Roma, os bispos romanos tiveram de assumir a responsabilidade por questões judiciais, defesa militar e outras matérias seculares (JUMPER, 2011, p. 03).

Foi nesse contexto que o papa Gelásio I afirmou pela primeira vez a doutrina das duas espadas (494). Ou seja, existem duas esferas separadas, a igreja e o estado, nenhuma exercendo ou praticando os direitos da outra. No entanto, a esfera espiritual é aceitadamente superior à temporal, e nos conflitos o papa e o bispo estão acima sobre o imperador porque são

¹ Em 306, Constantino (†337) foi aclamado imperador pelo exército e tornou-se o “César” do ocidente, com autoridade sob a Britânia, Gália e Espanha.



responsáveis pela salvação deste. Essa teoria foi usada insistentemente pelos papas medievais.

Desse modo, adentramos a Idade Média, período que a Igreja Católica se ratificou como uma das maiores instituições religiosas e políticas do mundo ocidental. Sendo a detentora de propriedades de terra de forma maciça e dominando o âmbito do saber, as grandes bibliotecas medievais e os estudos filosóficos aconteciam em sua maioria nos mosteiros medievais. Nesse período, surgiram os monges copistas (que reproduziam diversos exemplares da Bíblia) e o movimento conhecido como Cruzadas. (CARVALHO, 2011).

Jumper (2011), reforça que durante a Idade Média, a teoria dos dois poderes foi amplamente aceita e difundida, mas a questão da supremacia ainda permaneceu indefinida. O estado era universalmente visto como uma instituição cristã, tendo a como teor obrigatório de sustentar, proteger e difundir a fé. A lei canônica dizia que o estado tinha o dever de punir os hereges, e este dever foi bem aceito pelo estado. Mas também houve incessante debate entre os teólogos e juristas canônicos sobre o verdadeiro sentido da teoria das duas espadas de Gelásio. Eventualmente foi articulado o conceito de uma única sociedade com dois aspectos, cada qual com suas responsabilidades.

Foi isto o que veio a ser chamado de *corpus christianum*: a idéia de que a igreja e o estado, conquanto em princípio sociedades distintas, estavam unidas em uma só comunidade. A distinção entre elas consistia principalmente em suas hierarquias separadas (papa e imperador, etc.), com suas diferentes funções, e nos sistemas legais que administravam. O ideal de muitos, seguindo a visão de Agostinho em *A Cidade de Deus*, era a existência de uma comunidade cristã universal chefiada pelo papa (JUMPER, 2011, p. 03).

Durante a Idade Média, a Igreja Católica, objetivando retratar plenamente seu poder político e também levando em consideração a crença da salvação das almas dos hereges, instalou a Santa Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício. As pessoas que sofria a acusação de heresias eram interrogadas por membros do clero, podendo sofrer sanções ser torturadas ou queimadas nas fogueiras. A Santa Inquisição foi estabelecida por dois principais motivos: primeiro, a efetivação do poder político católico (as pessoas



que questionassem a fé católica eram consideradas hereges); e segundo, os católicos acreditavam estar libertando as almas dos hereges, portanto, o corpo pereceria, mas a alma considerada eterna estaria salva. Com essas justificativas, os católicos torturaram e mataram um grande número de pessoas. (CARVALHO, 2011).

No início da Idade Média, a igreja decidiu lutar para libertar-se da intrusão dos governantes seculares. Após o século VI, emancipados do controle direto desde Bizâncio, os papas cresceram em prestígio e poder, tanto na área espiritual como na temporal, assim, pode-se afirmar que o interesse político estava em carona com as crenças do catolicismo da época. Os papas passaram a interagir com os fortes reinos cristãos da Europa central, fundada pelos antigos povos bárbaros que destruíram o Império Romano ocidental. Foi o caso dos francos, a primeira nação bárbara a abraçar o cristianismo católico (ou seja, não ariano), quando o rei Clóvis e os seus súditos foram batizados em 396. Alguns séculos mais tarde, a dinastia dos carolíngios prestou grandes serviços à igreja e aos papas, mas também sentiu-se à vontade para interferir em assuntos eclesiásticos (JUMPER, 2011).

Durante a Idade Média, muitas pessoas sentiram-se descontentes com essa associação duvidosa entre a igreja e o estado, assim, a separação de concepção e interesses de ambos já começavam a ter desarmonia. Diferentes grupos de cristãos alegaram que, desde a época de Constantino, a igreja tinha sucumbido ou se “vendido” diante do mundo ou a ele se conformado, comprometendo o seu testemunho, que devia ter se inspirado no sermão da montanha e nos padrões da igreja primitiva. Advieram vários movimentos não conformistas (cátaros, valdenses, lolardos, hussitas, etc.) que foram considerados heréticos e sofreram perseguições e sanções por parte da igreja e do seu braço secular, o poder estatal (CAVALCANTI, 2002; JUMPER, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A igreja católica resistiu à queda do Império Romano, tomando seu lugar com o poder da informação nas mãos. De fato, a igreja usurpou da liberdade



de pregação do cristianismo em distintas áreas: social, política e econômica, resistindo a todas as intempéries pertinentes aos reis, nobrezas e à população geral.

Mesmo a constituição e leis pátrias afirmando de forma sólida a separação entre os campos político e religioso, o intercâmbio e decorrências múltiplas entre estas duas veemências da vida social é muito presente. As relações entre religião e política, no Brasil, excedem diferentes períodos e contextos, incidindo por readaptações e transformações consecutivas e dialogando estreitamente com as categorias sociais, políticas e econômicas.

Assim, pode-se sugerir uma ampla discussão teológica – histórica enfocando o que mudou os aspectos comportamentais da humanidade com a separação da Igreja do Estado.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Leandro. "História da Igreja Católica". In: **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/influencia-igreja-historia.htm>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo & política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2002.

CHIARA, Ivone Guerreiro Di. et al. **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

DUARTE, Patrícia. **A primeira manifestação pré-histórica do universo religioso**. Disponível em < file:///C:/Users/Particular/Downloads/13988-Texto%20do%20artigo-33733-1-10-20130318.pdf >. Acesso em 23 de agosto de 2022.

ELIADE, M., **História das crenças e das Ideias Religiosas**: Da Idade aos Mistérios de Elêusis. Volume I. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FUNARI, P.P. A. **As religiões que o Mundo Esqueceu**: Como os Egípcios, Gregos, Celtas, Astecas e outros povos cultuavam seus deuses. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

Igreja e Estado: Uma Visão Panorâmica. In: **Centro Presbiteriano Andrew Jumper**. Disponível em < <https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/igreja-e-estado-uma-visao-panoramica/> >. Acesso em 01 de novembro de 2022.



OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **Religião e participação política: considerações sobre um pequeno município brasileiro.** Disponível em <<https://journals.openedition.org/eces/568>>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

SETERS, John Von. **Em busca da História: Historiografia no Mundo Antigo e as Origens das Histórias Bíblicas.** Tradução de Simone Maria de Lopes Mello. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Daniel Neves. **Pré-história.** Disponível em <<https://www.historiadomundo.com.br/pre-historia>>. Acesso em 23 de novembro de 2022.

VIEIRA, Marcos Fogaça. **A presença da religiosidade na pré-história e sua prática como meio legitimação de poder dos monarcas e faraós na antiguidade.** Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/a-presenca-da-religiosidade-na-pre-historia-e-sua-pratica-como-meio-legitimacao-de-poder-dos-monarcas-e-faraos-na-antiguidade/140131>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.